

Soberania pode ouvir ex-presidentes

FOLHA DE SÃO PAULO

sobre soberania e relações externas

anc p A 7

Da Sucursal de Brasília

A Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais decidirá na próxima terça-feira se convidará os ex-presidentes Ernesto Geisel, João Baptista Figueiredo e Jânio Quadros para discutirem os conceitos de soberania e falarem das relações internacionais durante seus governos.

O deputado João Herrmann (PMDB-SP), autor da proposta de convite aos ex-presidentes da República, apresentou à Mesa do Congresso constituinte uma proposta para transformar em "convocação" os "convites" para as sessões de audiência das subcomissões da Constituinte. Herrmann disse considerar "fundamental a audiência" dos ex-presidentes na sua Subcomissão.

Arinos

O relator da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), defendeu ontem a definição

imediate, pelo Congresso constituinte, do sistema de governo que será adotado pela futura Constituição. "Há muitos pontos da Constituição que, para serem resolvidos, exigem a definição do sistema de governo", afirmou. Segundo ele, o mandato do presidente Sarney só deve ser fixado depois que o Congresso constituinte optar entre o parlamentarismo e o presidencialismo.

A posição de Arinos choca-se com a decisão tomada pelo relator da Comissão de Organização dos Poderes e do Sistema de Governo, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que na última quarta-feira deu parecer contrário ao projeto de resolução do deputado César Cals Neto (PDS-CE), que pedia a definição imediata do sistema de governo e a fixação do mandato do presidente José Sarney. O relator da Subcomissão do Poder Executivo — que tratará da matéria —, senador José Fogaça (PMDB-RS), apóia a decisão de Ferreira Lima.

"Uma pré-definição desses assuntos seria impor uma camisa-de-força aos trabalhos constituintes", afirmou Fogaça. Segundo ele, o regimento interno do Congresso constituinte é "extremamente democrático" e constitui um processo de trabalho construtivo. "Obedecendo esse processo construtivo, poderemos chegar ao sistema de governo que melhor se adapte ao Brasil", observou.

Fogaça desvincula a fixação do mandato de Sarney da definição do sistema de governo. Para ele, basta que os partidos tomem posição agora sobre o período mandato, e o Congresso constituinte formalizará mais tarde essa decisão. Ele não partilha também da posição do senador Arinos, para quem há muitos pontos da Constituição que, para serem resolvidos, exigem a definição do sistema de governo.

24 ABR 1987

Intersindical leva propostas à subcomissão de Trabalhadores

Da Sucursal de Brasília

Salário mínimo que inclua necessidades de lazer e saúde, além do sustento básico; salário-família de 20% por dependente; jornada semanal de quarenta horas; estabilidade no emprego; direito irrestrito de greve e aposentadoria aos trinta anos de serviço para o homem e aos 25 anos para a mulher. Estas foram as propostas levadas ontem pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), ao lado de outros trinta itens aprovados pelas três centrais sindicais do país e pelas nove confederações nacionais de trabalhadores, à Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores

Públicos do Congresso constituinte. Além do DIAP, foram ouvidos ontem pelos constituintes os presidentes da União Sindical Independente (USI), Antônio Magaldi, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), Wilson Gomes de Moura. Apesar de subscreverem o documento preparado pelo DIAP, as duas entidades têm propostas independentes. A USI entende que a Constituição deve garantir o direito de greve "amplo e irrestrito", mas faz a ressalva de que nos serviços essenciais a decisão sobre a manutenção do movimento deve ser decidida em assembléia. A Contec não faz restrição.

ANC 88
Pasta 24 a 30
Abril/87
017